

Docência na pandemia - por uma retomada com qualidade, segurança e atenção às condições de trabalho e saúde docente

Passados mais de 120 dias desde o início da emergência sanitária que nos obrigou ao afastamento físico, suspensão da quase totalidade das atividades presenciais e de nosso calendário acadêmico, ainda temos um caminho longo a trilhar no duro combate à covid-19, que passa pela defesa do direito à vida, do Sistema Único de Saúde e da Ciência. As análises epidemiológicas indicam que há uma jornada de controles e restrições à frente e que, pela ausência de um tratamento eficaz e a impossibilidade de, no curto prazo, haver imunização através de vacina, qualquer retomada de atividades presenciais significa pôr vidas em risco, situação agravada pela criminosa gestão desta crise pelo governo federal.

A APUB respondeu a essa contingência fazendo uma série de adaptações no conjunto de suas atividades, deslocando grande parte delas para a plataforma digital, além de atuar em redes de solidariedade em articulação com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e nas lutas antirracista, antifascista e pela Democracia. Através de parte de sua equipe, tem estabelecido contato telefônico com seus filiados, mantido o apoio jurídico aos demandantes e oferecido recursos de autocuidado por meio do hotsite #ApubNaQuarentena. Ademais, acompanhou de maneira propositiva as várias etapas de mobilização da comunidade UFBA, desde a primeira consulta aos corpos docente e discente sobre sua relação com as tecnologias digitais, passando pelo Congresso Virtual, do qual participou com uma programação articulada a entidades locais e nacionais, até o UFBA em Movimento. Além disso, organizou debates de conteúdos importantes, por meio de lives sobre diversos temas diretamente relacionados a questões de interesse do movimento docente e da defesa da Ciência, da Universidade Pública. Compreendendo que tinha um papel específico a cumprir como entidade sindical, abriu um processo de diálogo com a base (ainda em andamento), com o objetivo principal de ouvir suas dúvidas, inquietações e receios e daí esboçar uma síntese que indique vias possíveis e necessárias de atuação política nesse contexto. A "passagem virtual pelas unidades", de que este manifesto é expressão preliminar, tem sido uma oportunidade de aproximação dos/as colegas, filiados ou não, para compreender os desafios que a pandemia tem colocado à nossa comunidade a partir da dinâmica e singularidade de cada área de conhecimento.

A APUB também observou como a comunidade UFBA, através das várias etapas de mobilização, foi paulatinamente chegando, se não a um consenso, pelo menos a uma posição predominante: que seria inevitável retomar as atividades de ensino, considerando serem os prejuízos de manter suspensas essas atividades ainda maiores do que os de realizá-las, mesmo sendo incontornável a precariedade da circunstância. A proposta de implementação de um "semestre suplementar", a ser votado em sessão extraordinária do Conselho Universitário na data de hoje, indica haveremos chegado, como comunidade, a um ponto de convergência. A ocasião é a oportunidade para que manifestemos algumas proposições e preocupações, considerando o diálogo com os professores, alguns documentos de referência (CNTE, MPT, PROIFES e FNPE) e o acúmulo de informações e experiências docentes e discentes já desenvolvidas durante a pandemia.

1. RETOMAR O ENSINO - PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES

A retomada das atividades de ensino, em caráter extraordinário e a partir de alguma flexibilização do currículo e da avaliação, está consignada em nossos recursos, em nossa capacidade de inovação e no empenho em realizar o necessário para o atravessamento dessa etapa, mantidas a qualidade, a importância e o enraizamento social de nosso trabalho. Para realizá-las, no entanto, é necessário reafirmar como princípios:

- a autonomia financeira, administrativa e didático-científica de nossa instituição;
- a liberdade e autonomia docente em seu exercício pedagógico, horizontalmente articulado a pesquisa e extensão;
- o direito de todo e toda estudante ao ensino, aos meios de acessá-lo plenamente e às condições de estudar e permanecer estudando;
- o direito à saúde no ambiente de trabalho, o que inclui protocolos de segurança e higienização, bem como plano de testagem e garantia de leitos ambulatoriais e de UTI para os e as docentes envolvidos em atividades essenciais, como laboratórios, Hospital Universitário, ambulatórios e demais ambientes onde tem sido inevitável a atividade presencial;
- acesso aos meios e recursos para o trabalho docente e técnico-administrativo;
- preservação, durante a pandemia, das carreiras e suas etapas de promoção e progressão;
- flexibilização da atuação docente, considerando a relação dos indivíduos com os recursos digitais disponíveis, bem como as condições de realizar o trabalho no contexto da pandemia, considerando aspectos etários, da divisão sexual do trabalho e da economia do cuidado;
- regulação especial da carga horária dos docentes, respeitando e observando suas condições de saúde, de acesso às tecnologias e equipamentos eletrônicos e sua formação e expertise para trabalhar com segurança remotamente.

2. PROPOSIÇÕES

Postas as bases que assegurem as condições básicas para o funcionamento do trabalho universitário nesse contexto extraordinário, apresentamos algumas linhas de reflexão que entendemos devem ser consideradas neste momento de transição. Entendemos que elas podem ser organizadas em três categorias: a. aspectos políticos; b. aspectos jurídicos; c. aspectos subjetivos.

2.1 Aspectos políticos - sabemos que um dos efeitos da pandemia tem sido uma violenta retração na atividade econômica, em escala global, com reflexos ainda mais intensos em países como o nosso, cuja situação já era de crise fiscal, desindustrialização, desemprego, desregulamentação das relações trabalhistas, com mais de 40% dos trabalhadores na informalidade. As projeções indicam aprofundamento na queda de arrecadação, com consequente rebatimento nos serviços públicos, o que, com um governo com as características do atual, será ensejo para tentativas ainda mais contundentes de ataque aos serviços públicos, em especial à educação pública e às universidades, desde 2019 alvo preferencial do governo.

Em razão disso, a APUB compreende que deverão ser objeto de vigilância e dos esforços de mobilização política áreas especialmente sensíveis, que já vinham sob a mira do executivo e sua política econômica, a saber, o orçamento das IFES e as carreiras, progressões e demais direitos relacionados à qualificação docente. Também deve ser firme nossa defesa do caráter presencial de nosso trabalho, considerando o risco de que a excepcionalidade da atual circunstância possa ser oportunidade para que os ímpetus neoliberais do atual governo tenham êxito em descaracterizar esse traço fundamental da universidade e da educação públicas. Outrossim, se a IN 28 representou a subtração dos adicionais laborais como periculosidade e insalubridade, é possível postular alguma contrapartida à disponibilização de nossos recursos pessoais para a realização do trabalho, como computadores pessoais e demais dispositivos, licenças de uso de software, dados de banda larga e manutenção dessa infraestrutura.

Ademais, deve-se afirmar como uma bandeira de luta política, com vistas a uma política de Estado, a universalização do acesso à rede mundial de computadores, a ser concebida como um direito humano.

2.2 Aspectos jurídicos - a excepcionalidade a que as urgências e restrições da pandemia nos submeteram, tem resultado numa série significativa de adaptações e acomodações de nossas formas de realizar nosso trabalho. Se o trabalho remoto precisa ser muito bem caracterizado como uma situação transitória, por outro lado merecem atenção aspectos de nossa rotina que precisarão ser acomodados nessa contingência, com desdobramentos de caráter jurídico, a saber:

- a. propriedade intelectual: as discussões que ocorreram até agora indicam que as limitadas condições de acesso dos/das estudantes farão com que as atividades docentes, do ponto de vista metodológico, não se restrinjam a interações síncronas. Disso decorre o recurso à produção de conteúdos em várias semioses, incluídos os usos de imagens, áudios e vídeos, que levantam indagações sobre propriedade intelectual, direitos autorais, copyright etc.
- b. governança de dados: também merece atenção e providências de caráter institucional a proteção às informações dos trabalhadores e trabalhadoras no ambiente digital que atualmente predomina em nossa atividade laboral, considerando as propriedades básicas da confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade. Merecem, a nosso ver, imediata providência a substituição de assinaturas por certificação digital, necessária à digitalização de processos físicos e rotinas presenciais.
- c. o rompimento da fronteira entre o público e o privado merece atenção, considerando os possíveis desdobramentos do serviço público ser realizado em ambiente privado, a partir de igualmente recursos privados. Outrossim, nos casos em que haja da parte do ente público a provisão dos recursos materiais necessários para a realização do trabalho, deve-se igualmente antecipar as implicações jurídicas dessa intersecção.
- d. assédio e perseguição ao trabalho docente - teve grande repercussão episódios de invasão de eventos acadêmicos de universidades públicas, com condutas de insultos e perturbação das condições necessárias à realização da atividade. Em comum aos episódios a temática da atividade, todas relacionadas a questões de gênero, sexualidade, etnia e racismo. As pesquisadoras e pesquisadores dessas áreas devem receber atenção redobrada, bem como quaisquer tipos de assédio e ataques devem ser alvo não apenas de repúdio, mas também de medidas legais cabíveis.
- e. mecanismos de vigilância e controle - deve ser objeto de reflexão e medidas preventivas e protetivas tanto as formas de registro de nossa atividade remota quanto quaisquer tentativas de controle e vigilância de nossas ações, considerando, inclusive, que a plataforma que mais temos utilizado, se por um lado se apresenta como mais segura, por outro é estatal e está sob a supervisão de um governo de características autoritárias.

- f. carga horária dos docentes e tempo previsto para descanso remunerado, já que os docentes permaneceram em atividade de pesquisa e extensão durante o período de suspensão do calendário acadêmico.

2.3 Aspectos subjetivos - por fim, o aspecto que provavelmente vai merecer muita atenção, recursos e sensibilidade coletiva: a vida do/da docente. A OMS trouxe a público recentemente preocupação relacionada aos impactos da pandemia na saúde mental da população, enfatizando a necessidade urgente de aumento do investimento em serviços para essa área. Estaremos em breve lidando com os efeitos do afastamento físico, do trabalho remoto e das novas configurações do espaço-tempo sobre a mente e o corpo dos/das trabalhadoras que, além dos desafios relacionados à saúde física, estão sob a pressão de exercitar a docência a partir de recursos que para muitos são inéditos e podem se constituir num desafio maior que suas condições subjetivas e materiais de superá-lo. Por isso, recomendamos que se considere como merecedores de especial atenção aspectos como

- a. a dimensão geracional da adaptação da docência ao trabalho remoto;
- b. a dimensão de gênero e questões e desafios relacionados à economia do cuidado, isto é, docentes envolvidas e envolvidos na atenção a crianças e idosos;
- c. promoção e viabilização do trabalho colaborativo, que promova processos de inclusão digital e flexibilização, ao longo do processo de transição para as atividades presenciais;
- d. atenção aos docentes dos grupos de risco e o conjunto de implicações que estar nesse grupo traz para as atividades pedagógicas e suas adaptações;
- e. atenção aos jovens docentes, em início de carreira, quando os recursos financeiros são mais baixos, o que, entre outros fatores, pode significar especial desafio para o estabelecimento das condições adequadas para a realização da docência mediada pelas TIC;
- f. por fim, que se estabeleçam modos de acompanhamento da saúde docente, física e mental, para o que entendemos ser necessário haver a concepção, criação e implementação de um sistema através do qual se possa acompanhar a saúde da comunidade (docentes, TAEs e estudantes) e dar aos que necessitarem o acolhimento e a assistência necessárias.

Plenária Docente e seus encaminhamentos

Por fim, importa comunicar que, por iniciativa dos representantes docentes neste Conselho, conjuntamente com a APUB, realizou-se plenária com participação de pelo menos 140 docentes, em que se abriu um espaço de escuta e discussão cujo resultado foi, por um lado, respaldar o voto dos conselheiros e, por outro sistematizar pontos importantes a serem considerados na Resolução em debate, pontos sobre os quais a minuta é omissa. Assim, as proposições elencadas abaixo, elaboradas conjuntamente com os participantes, representam tanto as expectativas dos e das docentes sobre seu trabalho no semestre suplementar, quanto possíveis aditivos à Resolução a ser hoje aprovada, no que nela couber, e nas normativas que lhe sucederão, nas instâncias acadêmicas cabíveis. O encaminhamento retirado da plenária resultou no que segue:

“A representação docente se manifesta favoravelmente à proposta de Semestre Letivo Suplementar (SLS) e, em atenção à proteção das condições materiais de trabalho docente e sem descuidar de outros aspectos acadêmicos e relacionados a outros setores, apresenta para registro e apreciação deste Conselho Universitário as recomendações a seguir.

- **Carga horária e regimes de trabalho**

A excepcionalidade do semestre o distingue de um semestre letivo regular, desobrigando o professor de cumprir sua carga horária nos termos da Resolução CONSUNI 03/2015, inclusive considerando a similitude entre Semestre Letivo Suplementar (SLS) e cursos intensivos.

- **Tipificação e distribuição das atividades não presenciais**

O conceito mais amplo de atividades não presenciais envolve TIC e outros meios convencionais, a exemplo de videoaulas, correio eletrônico, programas de televisão e rádio, adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuídas aos discentes, orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios elaborados e indicados nos materiais didáticos, entre outros.

Este conceito mais amplo pode ser um instrumento interessante para equacionar melhor a distribuição das atividades entre os docentes, segundo suas condições materiais e subjetivas para execução do ensino não presencial.

As disciplinas e atividades extracurriculares ofertadas de maneira compartilhada entre docentes devem ser preferencialmente assíncronas e distribuídas prioritariamente a partir das diferentes metodologias e tarefas de cada atividade, de modo a atenuar desníveis geracionais e materiais e evitar o indesejável conteudismo na divisão das atividades não presenciais.

- **Recursos materiais para execução das atividades docentes não presenciais**

A UFBA buscará meios adequados para prover os recursos e equipamentos necessários ao desempenho das atividades docentes não presenciais durante o SLS.

- **Formação, apoio pedagógico e suporte tecnológico**

A UFBA buscará meios para promover a adequada formação docente para o desempenho, excepcional e circunstancial, da educação na modalidade não presencial, sempre em atenção às condições materiais e subjetivas de cada docente, além de assegurar a toda e todo docente o apoio pedagógico e suporte tecnológico necessários.

Também deverá ser assegurado o suporte ao professor e estudante com deficiência, de modo a possibilitar o pleno acesso às diversas atividades desenvolvidas na modalidade não presencial.

- **Tecnologias de informação e comunicação e governança de dados**

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) utilizadas pela UFBA na execução do SLS serão preferencialmente públicas ou em software livre, buscando-se sempre a proteção dos docentes e discentes através de medidas adequadas de governança e segurança de dados.

- **Direitos intelectuais**

A UFBA deve adotar meios adequados para assegurar a proteção dos direitos intelectuais dos docentes e da própria universidade em relação aos materiais produzidos pelas/os docentes para o desempenho das diversas atividades desenvolvidas na modalidade não presencial.

- **Obrigatoriedade aos docentes**

Deve-se oportunizar ao docente que não se adequar ao desempenho das atividades não presenciais a possibilidade de, mediante requerimento e procedimento adequado, desobrigar-se do desempenho das atividades de ensino não-presenciais, mantendo-se sempre o pleno desempenho das atividades docentes de pesquisa e extensão, além das atividades administrativas que são próprias da função.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto nos adaptamos ao caráter excepcional da atual contingência e reafirmamos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, em toda a sua complexidade, devemos igualmente definir critérios rigorosos de segurança sanitária para qualquer atividade presencial, enquanto atravessamos a pandemia e nas sucessivas etapas que serão necessárias para um cenário pós-pandêmico. Em todas essas etapas, está posto como princípio fundamental o valor incomensurável da vida humana, que deve ser protegida e promovida. Da afirmação desse princípio decorre a luta pela Democracia e pela universidade pública, hoje um espaço fundamental do exercício democrático e da promoção do bem comum.